

INFLUENCIA DA GLOBALIZACAO DO AGRONEGOCIO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES

Alexsandro Peterle¹

Luiz Alberto Neves²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo tratar das principais características do agronegócio no Brasil e suas consequências nas pequenas propriedades rurais; da fragmentação do espaço agrícola e do incremento da urbanização do Brasil agrícola moderno, resultando numa nova tipologia de espaço, tanto rural quanto urbano no ramo do agronegócio. A globalização provocou mudanças em todos os setores da economia. Para competir nesse modelo, é necessário adequa-se às mudanças e no setor agropecuário não tem sido diferente. O objetivo desse artigo é abordar as influências e os reflexos da globalização no setor agropecuário. Percebe-se que os desafios estão concentrados em diversos pontos: econômico, político e social. O alto preços dos insumos, equipamentos, dificuldades na obtenção de recursos, negligência do poder público na obtenção de recursos, exigem do pequeno proprietário ações criativas para permanecer no mercado. O cooperativismo é visto como alternativa por parte significativa dos pequenos proprietários, mas existem dificuldades dentro das mesmas como a gestão democrática, morosidade no processo decisório, falta de recursos para novos investimentos, entre outros.

Palavras chave: Agronegócio. Globalização. Competitividade. Mercado. Cooperativismo.

¹ Pós graduando - UNIDAVI – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – Rio do Sul – Santa Catarina.

² Professor orientador, graduado em Ciências Econômicas e mestre em Desenvolvimento Regional. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI - Rio do Sul – Santa Catarina.

ABSTRACT

His article aims to address the main characteristics of agribusiness in Brazil and its consequences on small farms; The fragmentation of agricultural space and the increase of urbanization in modern agricultural Brazil, resulting in a new typology of space, both rural and urban in the agribusiness sector. Globalization has brought about changes in all sectors of the economy. To compete in this model, it is necessary to adapt to the changes and in the agricultural sector has not been different. The objective of this article is to address the influences and the repercussions of globalization in the agricultural sector. It can be seen that the challenges are concentrated in several points: economic, political and social. The high prices of inputs, equipment, difficulties in obtaining resources, neglect of public power in obtaining resources, require the small owner creative actions to remain in the market. Cooperativism is seen as an alternative by a significant part of smallholders, but there are difficulties within them such as democratic management, slowness in the decision-making process, lack of resources for new investments, among others.

Keywords: Agribusiness. Globalization. Competitiveness. Marketplace. Cooperativism.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos um conjunto de fatores está direcionando e aproximando a agricultura de um padrão industrial de produção.

Mudanças significativas ocorrem em todos os setores da economia. Nos dias atuais foi grande o investimento da ciência no desenvolvimento de técnicas, equipamentos, para a produção rural, sobretudo a agrícola.

A química desenvolveu os fertilizantes e defensivos agrícolas, a genética permitiu a criação de sementes padronizadas e resistentes doenças pragas e agrotóxicos. A mecânica aperfeiçoou equipamentos para o plantio e a colheita entre outros.

Para entender melhor como se deu esse processo aborda-se um pequeno histórico da trajetória da expansão agrícola, da monocultura da cana de açúcar, do café até os dias atuais com a modernização da agricultura e o impacto que essa modernização trouxe aos pequenos agricultores.

O cooperativismo como forma de organização para enfrentar algumas dificuldades também é tema do artigo, visando esclarecer um pouco sobre como essa organização pode ajudar os pequenos agricultores e quais as principais dificuldades enfrentadas pelos associados.

Aborda-se ainda as dificuldades do trabalhador rural em permanecer no seu ambiente e nele produzir.

Este é apenas um trabalho inicial e espera-se que o mesmo possa servir de fonte e inspiração para pesquisas futuras sobre o tema de tamanha preocupação dos trabalhadores do campo e da população em geral.

2 REVISAO DA LITERATURA

2.1 CONTEXTUALIZANDO

A agricultura era uma prática conhecida pelos nativos. Eles cultivavam diversos produtos como a mandioca, o amendoim, o tabaco, o milho, entre outros produtos. Com a chegada dos europeus, os indígenas não apenas receberam a cultura mais forte e dominante, como influenciaram os que chegavam. Os portugueses passaram a nutrir-se dos alimentos que os indígenas usavam até a introdução do cultivo de exportação, primeiro com o extrativismo do pau-brasil e depois com a monocultura da cana de açúcar especialmente no Nordeste do Brasil.

Esse modelo de agricultura da cana de açúcar em grande escala, com a formação de latifúndios geraram um sistema social quase feudal, concentrando a riqueza e a posse das terras nas mãos de poucos, gerando grandes latifúndios ao contrário por exemplo do que aconteceu em outras regiões, na América do Norte, por exemplo, onde a terra foi dividida em pequenas propriedades.

A produção de açúcar começou a declinar a partir do século XVII. Muitas regiões passaram a diversificar a produção, cultivando paralelamente o cacau, o algodão, o tabaco, embora o legado negativo desse período tenha permanecido, ou seja, a estrutura social arcaica e a baixa tecnologia agrícola.

Ainda no final do período colonial, o café foi introduzido no Brasil, especialmente na região sudeste. A crescente exportação desse produto trouxe um enorme peso econômico e fez surgir uma nova oligarquia dominante no Brasil, os chamados Barões do Café. Apressou também a chegada dos imigrantes especialmente de italianos e alemães.

Além do café, outras culturas tiveram crescimento acentuado naquela época como foi o caso do cacau e do tabaco na Bahia, da borracha na Amazônia e um crescimento da produção do algodão.

Esse cenário não modificou muito com o passar dos anos. O Brasil dependia especialmente das exportações em grande quantidade de monoculturas.

Com o passar do tempo houve evoluções significativas na arte de cultivar os campos, como na preparação dos solos, manutenção da cultura, colheita e armazenamento. Segundo Navarro (2001, p. 84)

... a modernização rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidades produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico quebrando a relativa autonomia setorial em que outros tempos a agricultura teria experimentado.

Incorporaram-se novos métodos e técnicas de plantio, máquinas e implementos agrícolas de alta tecnologia, adubos herbicidas, fungicidas, agrotóxicos, sementes selecionadas, saindo de uma agricultura de subsistência para uma produção em escala, provocando transformações nas características das propriedades rurais.

2.2 A MODERNIZAÇÃO E OS IMPACTOS DA AGRICULTURA NAS PEQUENAS PROPRIEDADES

O agronegócio constitui uma atividade em plena expansão no Brasil. Pode ser definido como uma cadeia produtiva que envolve a produção agropecuária, a transformação dos gêneros agropecuários em produtos industrializados e a distribuição e a venda de produtos.

Compõem também o agronegócio a produção e a comercialização de insumos agrícolas, máquinas e implementos destinados ao setor.

Uma das dificuldades do pequeno produtor em acompanhar o desenvolvimento e a modernização da do agronegócio reside nos altos investimentos necessários no setor na aquisição e utilização de técnicas modernas de produção, com o uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas.

Por outro lado o aumento da produtividade do agronegócio possibilita o crescimento da exportação de produtos como a soja, a carne, o suco de laranja, o álcool entre outros.

De acordo com Sampaio 1016, em 2013, o agronegócio foi responsável por 22,5 % do PIB e por 42,2 % das exportações totais no Brasil.

Esses números mostra que o agronegócio teve um crescimento volumoso nas últimas décadas.

A criação intensiva da pecuária contribuiu muito para que o país atingisse esses números.

Durante muito tempo a criação de bovinos se fez de forma extensiva onde o gado é criado solto em grandes extensões de terra com pastagens naturais, sem o uso de recursos tecnológicos avançados.

Esse método está sendo aos poucos substituído pela pecuária intensiva, onde o gado é criado em pequenos espaços. A pouca movimentação dos animais torna a carne mais macia, pois o gado fica com os músculos menos rígidos. Portanto, a carne produzida tem melhor qualidade, e a rentabilidade é maior.

A aplicação de capita em recursos científicos e tecnológicos, como a inseminação artificial, a vacinação e o uso de rações balanceadas, traz maior produtividade para a agropecuária de corte e de leite.

Além da pecuária, a avicultura e a suinicultura especialmente no Sul do Brasil são destaques na exportação e na produção para o consumo interno.

Com a globalização da economia e a competitividade gerada deram enorme importância as pequenas propriedades rurais na agricultura brasileira.

De acordo com Sampaio (2016), ela surgiram especialmente na Região Sul, com o modelo de integração entre o produtor e a agroindústria. Pelo contrato firmado, o produtor se compromete a entregar determinado produto com os padrões de qualidade e a quantidade estabelecidos pela empresa.

A empresa por sua vez, se compromete a fornecer parte dos insumos (como ração no caso dos frangos e suínos), e a comprar a produção final. Os preços em geral são

estabelecidos no momento da entrega da produção, segundo critérios de qualidade e padronização.

Esse mesmo sistema de integração agropecuária é comum nas lavouras de fumo, principalmente nos estados do Sul do país.

Atualmente também são produzidas em pequenas propriedades rurais, fora do sistema de integração, diversas culturas que exigem grandes investimentos e técnicas avançadas. É o caso das frutas tropicais (mamão, goiaba e manga) no sertão nordestino, morangos no Sul e Sudeste e flores em São Paulo.

Infelizmente as pequenas propriedades não são prioridade para as políticas públicas. Grandes e médias propriedades rurais sempre estiveram no foco das políticas agrícolas nacionais, levando a uma crescente marginalização dos agricultores familiares. Esse comportamento reproduziu um padrão de desenvolvimento excludente e desigual no meio rural.

A falta de assistência do poder público, o processo de modernização da agricultura, contribuiu para a agravação dos problemas sociais no campo, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais.

Nas últimas décadas o país se preocupou mais com o espaço urbano que do rural.

Segundo fontes do IBGE:

(...) Políticas espaciais explícitas e vultuosos investimentos deram respaldo a urbanização como estratégia de desenvolvimento do território; um aspecto da questão urbana pode ser remetido a essa proposta de construir um Brasil urbano. Além da implantação de hidrelétricas, portos, aeroportos, dutos e canais de grandes projetos industriais, apoiados em financiamento externos, a expansão da rede de energia, de estradas e de comunicações foi um meio de eliminar barreiras à circulação do capital. (IBGE, 2000, p. 147).

O aumento da pobreza nas áreas rurais causou reflexos inclusive nos centros urbanos. Entretanto apesar da negligência do estado, o perfil da agricultura familiar brasileira estabeleceu estratégias de reprodução, mantendo sua importância no espaço rural nacional.

As diferentes formas de desenvolvimento da agricultura no Brasil levaram a formação de distintas formas de pequena produção familiar nos mais diversos segmentos

produtivos agrícolas do país. Esta diversidade abrange desde a pequena produção agrícola familiar, descapitalizada e subordinada às grandes propriedades em algumas regiões, até a pequena produção agrícola familiar no sul do Brasil, relativamente autônoma em relação às grandes propriedades.

Segundo Thais (2014), na Região Sul, especialmente em Santa Catarina o desenvolvimento regional é em parte resultado da estrutura agrária baseada na pequena propriedade que proporcionou uma produção agrícola diversificada e em pequena escala, em contraste com as grandes economias monoculturas de exportação que ainda caracterizam outras regiões do país, em parte por sua grande extensão territorial e a presença de grandes latifúndios.

Ainda segundo o autor acima citado, o êxodo rural rumo ao trabalho nas indústrias forçou a necessidade da organização da agricultura familiar.

Justamente neste período é que o surto industrial se acelera provocando o êxodo rural pela abertura de oportunidades de trabalhar na zona urbana. A consequência é a tendência ao esgotamento dessa fonte de matéria-prima, na medida em que os pequenos produtores emigraram para a cidade ou buscarem nela emprego e melhores condições de vida. (SIEBERT, 1996, p. 67).

A modernização produtiva impõe novos papéis aos agricultores, e as políticas institucionais impõe a ampliação e intensificação das superfícies cultivadas e a necessidade da modificação das técnicas de produção tradicionais de baixa produtividade ou subsistência.

2.3 DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO

No entanto existem também desafios a serem superados e um dos maiores é encontrar o equilíbrio entre os interesses econômico social e político de seus associados.

O interesse econômico reside no crescimento mútuo do patrimônio líquido do associado e da cooperativa.

O social está ligado aos serviços que os associados e suas respectivas famílias recebem da cooperativa e por fim os interesses políticos que normalmente levam as disputas internas pelo poder.

Administrar essas e outras tarefas é uma tarefa difícil e complicada e muitas iniciativas sucumbem diante dessas e outras dificuldades.

Segundo Rocha:

O funcionamento da democracia cooperativa e a participação dos associados tende a tornar-se lento o processo de tomada de decisão. Esta é uma dificuldade que a cooperativa enfrenta e é decorrente da especificidade do princípio democrático que regulamenta as instituições cooperativas. No contexto econômico atual, a rapidez das decisões é um elemento importante, não somente de eficácia, mas também da própria sobrevivência da empresa. (ROCHA, 1999, p. 58).

Para Rodrigues (1997), as cooperativas com suas características particulares compõem o único setor da economia cuja doutrina tem sua ênfase no equilíbrio entre o econômico e o social, o qual se instala como o primeiro desafio frente a globalização pois exige eficiência e competitividade.

Esse desafio implica necessariamente o aprimoramento da gestão a redução de custos, a demissão de funcionários e de maus cooperados e o tratamento diferenciado para os associados em função do tamanho, da eficácia e da reciprocidade.

Essas questões e pressões impostas, seja pelo mercado altamente competitivo, seja pela ação regulatória do Estado em relação à burocracia e impostos, o cooperativismo está desafiado a adaptar-se constantemente para não perder sua importância efetiva como poder econômico de produção ou de prestação de serviços.

Outro princípio que desafia o cooperativismo frente ao processo de globalização da economia é a necessidade de comunicação, de visão de futuro, estratégias, novos planos de investimento, novos procedimentos e novas ações.

Por último e não menos importante, é a captação de recursos ou financiamento juntos aos bancos credores para viabilizar projetos de expansão a custos menores que possibilitem ao agricultor competir e permanecer no seu local de trabalho.

As precárias condições de trabalho e a má distribuição de terras geram conflitos e o fortalecimento dos movimentos sociais no campo em favor da reforma agrária.

A baixa remuneração da mão e obra, e, a precariedade das condições de trabalho e a dificuldade de acesso as terras são alguns dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais.

Segundo Sampaio:

Na maioria das culturas agrícolas, as atividades se concentram em uma ou duas épocas do ano (plantio e colheita) e, portanto, há poucos trabalhadores contratados e protegidos pelas leis trabalhistas (carteira de trabalho assinada). Os salários baixos, principalmente nas pequenas propriedades tradicionais, nas quais a lucratividade é pequena e as incertezas são grandes quanto a comercialização da produção. Dados do IBGE, em 2013 mostra que, apenas 8,9% dos trabalhadores rurais tinham renda superior a dois salários mínimos. (SAMPAIO, 2016, p. 110).

O uso de contratos de trabalho temporário, geralmente efetuados na época do plantio e da colheita, e a falta de aplicação dos direitos assegurados pelas leis trabalhistas no campo, como férias, décimo terceiro salário, aposentadoria e outros, dificultam as condições de sobrevivência do trabalhador rural.

A modernização agrícola, ocorrida com o emprego de máquinas e equipamentos, propiciou o aumento da produtividade principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, porem esse aumento não é acompanhado pela expansão da oferta de emprego. Apesar disso, os empregos permanentes concentram-se nas grandes fazendas.

Normalmente nessas fazendas planta-se mais de uma lavoura e as colheitas ocorrem em épocas diferentes. Assim, é necessário maior número de trabalhadores durante todo o ano.

A melhoria das condições de trabalho e luta pela terra constituem as principais reivindicações dos trabalhadores rurais.

2.4 A INFLUENCIA DA GLOBALIZACAO NO AGRONEGOCIO

A globalização da economia provocou enormes mudanças em todos os setores comerciais e econômicos no comércio mundial e o espaço agrícola sofreu conseqüentes transformações para acompanhar o desenvolvimento provocado pelas mudanças culminando num novo modelo técnico, econômico e social de produção.

Com esse processo se forma de forma socialmente excludente e espacialmente seletivo, acentua ainda mais as desigualdades sociais e territoriais do país, e da consecução do agronegócio além de criar novas desigualdades paralelamente a difusão do trabalho agropecuário.

O Estado brasileiro tem dificultado muito os pequenos agricultores e a concorrência com produtos vindos de outros países é desleal e muitas vezes não tem como o agricultor competir com os produtos importados de outros países que recebem subsídios dos governantes locais.

De forma geral, as políticas públicas para a agricultura no Brasil são ineficientes e requerem mais atenção por parte do governo.

O agronegócio nos dias atuais é o setor de destaque da economia não só do Brasil, mas dos demais países, diante do crescimento populacional desenfreado.

A globalização tem influenciado desde a mão de obra dos pequenos agricultores e passado por grandes empresas como a de insumos por exemplo.

Apesar das dificuldades o agronegócio ainda tem enorme destaque na economia do Brasil.

O modelo global de produção, distribuição e consumo de alimentos precisa ser revisto e com urgência.

Nesse sentido, Castells afirma:

O processo produtivo incorpora a fabricação de componentes produzidos em vários locais diferentes e montados com o objetivo de atingir finalidades e mercados específicos em uma nova forma de produção e comercialização:

produção em grande volume, flexível e sob encomenda [...] O novo sistema produtivo é dependente de uma combinação de alianças estratégicas e projetos de cooperação “ad hoc” entre empresas, unidades descentralizadas de cada empresa de grande porte e redes de pequenas e médias empresas que se conectam entre si e/ou com grandes empresas ou redes empresariais (CASTELLS, 1999 P 158.).

Nunca se produziu tanta comida e ao mesmo tempo o futuro dessa produção nunca foi tão incerto. O uso intensivo de agrotóxicos e de recursos naturais, a expansão das fronteiras em direção as matas nativas e a enorme contribuição para as mudanças do clima, colocam em alerta alguns parâmetros desse modelo insustentável e desigual.

Para entender melhor o momento atual da agricultura e do agronegócio entende-se que se faz necessário ainda um pequeno resgate histórico de como se desenvolveu a agricultura no Brasil desde a chegada dos portugueses em nosso território.

A utilização de tratores, colheitadeiras e outros equipamentos propiciou a expansão da produtividade agrícola e das áreas cultivadas. No entanto gerou também desemprego e concentração fundiária.

Na pecuária, entre outras técnicas, houve o desenvolvimento genético de raças de animais com crescimento mais rápido e maior produção de carne e menos gordura.

Nas áreas que concentram produção de alimento, desenvolve-se com frequência estruturas produtivas que promovem a associação entre a atividade agrícola e os setores industrial, comercial e de serviços.

Assim em torno de muitas áreas onde a agricultura é praticada, observa-se a concentração de indústrias e equipamentos agrícolas, de fábricas de fertilizantes e agrotóxicos, além de estabelecimentos comerciais de serviços que dão suporte à atividade agrícola.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O Capítulo em questão tem por intuito apresentar o método de pesquisa utilizado, ferramenta indispensável para se fazer ciência, a qual fornece as informações necessárias para que se trace o caminho na busca pela verdade.

Compreendendo sua consistência e abrangência, pode-se dizer que diferentes métodos serão utilizados conforme as pesquisas realizadas, o que se levará em consideração o tema em questão e outras variantes. O presente trabalho utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica a qual segundo Andrade (2002, p. 20) “tanto pode ser um trabalho em si mesmo, quanto constituir-se em procedimento preparatório para a realização de outra pesquisa”.

Sendo assim, primeiramente são reunidas informações já existentes para dar suporte e consistência para a resolução do problema proposto (busca bibliográfica), sendo importante salientar no que consiste a possibilidade de explorar novas áreas, pouco conhecidas e carentes de dados, ou ainda em construção, onde a reunião de informações esparsas servirá como base para a realização da análise e interpretação.

Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica, a coleta de dados será realizada por meio do levantamento de dados secundários. Segundo Aaker (2004, p. 130), “Os dados secundários são aqueles que foram coletados por pessoas ou agências para outros propósitos que não a resolução do problema específico que temos em mão”. O autor da sequência, relatando que os dados secundários constituem-se como forma barata e fácil para a obtenção de informações, além de serem vastos, e encontrarem-se disponíveis em diversos meios.

Após a obtenção dos dados faz-se presente a necessidade de análise e interpretação dos mesmos, o que fará com que a pesquisa crie sua identidade, e vá de encontro aos objetivos levantados, sendo que, tendo em vista os benefícios dos estudos a apresentar, a análise a ser realizada deterá este foco, associando as informações obtidas, no âmbito da academia como fornecidas.

4 CONSIDERACOES FINAIS

A partir de sucinto levantamento bibliográfico, nos torna evidente todo contexto gerado pela conjuntura da agricultura, especialmente da agricultura familiar provindo de um entendimento primeiro da agricultura geradora e fonte de renda, até seu direcionamento mais específico no âmbito atual, reunindo colocações diversas, de autores empenhados em pormenorizar os fatores responsáveis pelas dificuldades enfrentadas principalmente pelos pequenos agricultores área pautada.

O agronegócio constitui uma atividade econômica em plena expansão no Brasil. Pode ser definido como uma cadeia produtiva que envolve a produção agropecuária, a transformação dos gêneros agropecuários em produtos industrializados e a distribuição e venda desses produtos.

Observa-se que o agronegócio envolve na maioria dos casos a aplicação de altos investimentos na aquisição de técnicas modernas de produção, com o uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas.

A globalização tem influenciado desde a mão de obra dos pequenos agricultores e passado por grandes empresas como a de insumos por exemplo.

Apesar das dificuldades o agronegócio ainda tem enorme destaque na economia do Brasil.

O modelo global de produção, distribuição e consumo de alimentos precisa ser revisto e com urgência. No mundo quase 800 milhões de pessoas ainda passam fome, enquanto a obesidade e o sobrepeso atingem outros milhões de pessoas.

O Estado brasileiro tem dificultado muito os pequenos agricultores e a concorrência com produtos vindos de outros países é desleal e muitas vezes não tem como o agricultor competir com os produtos importados de outros países que recebem subsídios dos governantes locais.

De forma geral, as políticas públicas para a agricultura no Brasil são ineficientes e requerem mais atenção por parte do governo.

Conclui-se que a globalização do agronegócio provocou transformações enormes na economia agropecuária. Trouxe benefícios porque permitiu a ocupação de terras antes devolutas e o aumento da oferta e da procura de produtos com qualidade, proporcionando preços menores aos consumidores de forma geral.

Por outro lado prejudicou pequenos produtores porque a competitividade é desigual. O pequeno produtor não consegue competir com grandes fazendeiros, a aquisição de maquinário também é dificultada bem como subsídios por parte do governo.

A mão de obra na agricultura também perdeu espaço com a mecanização da agricultura e muitas pessoas perderam o emprego tanto temporário quanto permanente no campo.

Espera-se que este artigo possa de alguma forma contribuir para futuros interessados em ampliar os estudos referente ao tema de tamanha relevância.

5 REFERENCIAS

ATLAS Nacional do Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 262 p.

BENECKE, Dieter W. Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto Alegre: Coojournal; Recife: Assocene 1980.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 698p.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011

Desenvolvimento local/ regional na periferia do capitalismo mundializado: estudos de caso em Santa Catarina/ Ivo M. Theis (organizador) Blumenau: Edifurb, 2014.

EHLERS, Eduardo. Agricultura Sustentável- Origens e perspectivas de um novo paradigma - 2ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA- IBGE. Sistema de contas nacionais- Brasil: 1996- 2003. Disponível no Site: <http://www.ibge.gov.br> (15 maio 2016)

MICHELS, V. Uma contribuição à análise dos princípios de administração financeira aplicados a sociedades cooperativas de produção agrícola. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 2000.

ROCHA, E> E> R> O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia. Universidade de Campinas. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

SAMPAIO, Fernando dos Santos, Para viver juntos: Geografia, 7 ano: anos finais: Ensino Fundamental 4 ed.- São Paulo: Edições SM, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil, território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2001

RODRIGUES, R. Novos Rumos do Cooperativismo. In: XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Brasília, p. 90-96, novembro de 1997.

ZILBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias. In XIV Seminário de Política Econômica, Cooperativismo e Agronegócio. Viçosa: UFV, DER, 2002.

.